



Vol.7 nº 14 jul./dez.2012
p. 185-200

**As Implicações da Reestruturação
Produtiva Sobre a Formação dos
Trabalhadores: Uma análise a Partir
de Trabalhos Apresentados no GT09
Trabalho e Educação da ANPED (2000 -
2011)**

The Implications of Productive
Restructuring About the Training of
Workers: An Analysis From the Papers
Presented GT09 ANPED Work and Education
(2000-2011)

Rosangela Lourenço Garcia¹
(Universidade Estadual do Oeste do Paraná)
Isaura Monica Souza Zanardini²
(Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

Resumo: Este artigo expõe uma análise das implicações da reestruturação produtiva, apresentada nos artigos publicados no GT09 Trabalho e Educação da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - entre os anos de 2000 e 2011, que tratam da Educação Profissional. Considerando que a reestruturação produtiva que se apresenta na atualidade se articula às mudanças no mundo do trabalho e à novas exigências na formação profissional, nossa intenção é fazer uma análise a respeito de como este novo modelo produtivo é tratado pelos pesquisadores da ANPED e quais exigências ele impõe à formação do trabalhador.
Palavras-chave: Reestruturação produtiva, ANPED, GT09 Trabalho e Educação, Educação Profissional.

Abstract: This article presents an analysis of the implications of the restructuring of production presented in the articles published in the Education and Labor GT09 ANPED - National Association of Post-Graduate Studies and Research in Education - between the years 2000 and 2011 that deal with the Professional Education. Whereas the restructuring process that presents itself today articulates the changing world of work and the new demands on professional formation, our intention is to make an analysis as to how this new production model is treated by researchers of ANPED and which requirements imposed on formation of worker.

Key words: Restructuring of production, ANPED, Education and Labor GT09, professional education.

INTRODUÇÃO

Nosso interesse em realizar esta pesquisa bibliográfica, especificamente por meio do levantamento de artigos sobre Educação Profissional na página eletrônica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), na qual se encontram disponíveis os Anais das reuniões anuais realizadas entre os anos de 2000 e 2011, parte dos estudos que estamos realizando a respeito da Educação Profissional.

A opção por utilizar as produções teóricas apresentadas na ANPED, se justifica pelo fato de compreendermos que a Educação Profissional tem sido foco de interesse de diversos pesquisadores, entre eles os que compõem o GT09 Trabalho e Educação. A partir das leituras que realizamos, observamos entre estas produções, considerações acerca da reestruturação produtiva implementada no estágio atual do capitalismo, cujos pressupostos têm influenciado na elaboração de políticas voltadas à Educação Profissional.

A ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – foi fundada em 1976 a partir da ação de programas de pós-graduação na área da educação. O objetivo da ANPED é a expansão e consolidação da pesquisa e da pós-graduação na área da educação no Brasil.

De acordo com as informações divulgadas no site da Revista, a ANPED alcançou êxito nacional e internacional, constituindo-se como espaço privilegiado para discussão acerca das questões políticas e científicas na área da educação, promovendo tanto a produção quanto a divulgação dos estudos nesta área¹.

A ANPED possui 23 grupos de trabalho (GT), cada um sendo espaço para produção e debate dos diferentes temas e disciplinas educacionais. O GT09 – Trabalho e Educação – foi criado na década de 1980 a partir de duas questões centrais: compreender a pedagogia capitalista articulada às relações que ocorrem na sociedade, na produção e na escola, e identificar através dessa compreensão os possíveis espaços de contradição que possibilitam a formação de uma pedagogia voltada aos interesses dos trabalhadores, a pedagogia socialista (KUENZER, 1998).

Analizamos neste artigo, os apontamentos dos pesquisadores que compõem o GT09 – Trabalho e Educação – da ANPED, acerca da reestruturação produtiva enquanto modelo que orienta as políticas voltadas para a Educação Profissional e determina novas exigências comportamentais aos trabalhadores a partir dos conceitos de flexibilidade e empregabilidade.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A Reestruturação Produtiva que no Brasil se acentua na década de 1990 (FILGUEIRAS, 1997) é posterior ao processo de organização da produção que se expandiu mundialmente e foi denominado como taylorismo-fordismo.

O sistema denominado taylorismo-fordismo, desenvolveu-se a partir da Segunda Guerra Mundial, e caracterizou-se como uma das estratégias de controle da produção e dos trabalhadores favorável aos interesses do capitalismo, que teve seus princípios expandidos para várias esferas da sociedade. De acordo com Zanardini, Rosa e Hotz:

O que se pode afirmar, tendo em vista a síntese a respeito do taylorismo-fordismo, é que esse paradigma de produção e, portanto, de organização e gestão do trabalho favoreceu o modo de produção em determinado estágio de desenvolvimento não apenas na medida em que viabilizou a produção em grande escala a partir de uma certa “inovação” nas maquinarias utilizadas – aliada a uma organização mecânica, fragmentada e pormenorizada do processo de trabalho no interior das fábricas –, mas também pela possibilidade de sua implementação em diferentes gêneros de organizações sociais, incluindo a escola (2011, p.24)

O taylorismo-fordismo foi então uma organização do processo produtivo baseado em novas tecnologias e na organização taylorista do trabalho (tarefas padronizadas e distinção entre execução e planejamento), que possibilitou o aumento considerável da produtividade e, de acordo com Filgueiras (1997), a diminuição dos custos por unidades produzidas. Para esse pesquisador, o aumento na produção levou o capital a reorganizar a distribuição dos lucros entre os trabalhadores para que o consumo suprisse a demanda produtiva mantendo certo equilíbrio entre produção e consumo.

Em síntese, o fordismo não se constituiu apenas enquanto um modo de organização do processo de trabalho, mas, significou, sobretudo, uma forma de organização da sociedade capitalista que implicou na inclusão social de grandes parcelas da população, até então marginalizadas do consumo e dos direitos de cidadania. E, mais do que isso, o fordismo deve ser entendido, num sentido mais amplo, como um “novo modo de vida”, que extrapola os limites da fábrica, implicando na construção de um “novo homem”, adaptado às exigências e à disciplina do sistema fabril organizado na forma de grande indústria (FILGUEIRAS, 1997, p. 904).

Esse sistema atendeu às necessidades do capitalismo até a década de 1970, quando uma crise da economia nos países hegemônicos, configurada entre outras características pelo aumento das taxas de inflação, diminuição da produtividade e desemprego, mostrava o esgotamento do modo de produção baseado no taylorismo-fordismo (Cf. Harvey, 2000).

Compreendendo que o sistema capitalista promove constantes transformações para assegurar sua perpetuação, podemos reiterar a compreensão de que o processo de reestruturação produtiva iniciado nos anos de 1970, e que no Brasil se acentua na década de 1990, constituiu-se como uma solução para a crise do taylorismo-fordismo, reorganizando a estrutura do modelo de produção e modificando o perfil de trabalhador necessário para atuar perante novos princípios de organização do processo de trabalho.

A Reestruturação Produtiva articula-se à fase atual de desenvolvimento do capital que está num movimento constante de reorganização e cujo processo de expansão já atingiu um estágio mundial. Para Alves (2008), a mundialização do capital está sob direção hegemônica do capital financeiro, representado por um grupo de capitalistas que tratam de valorizar o capital-dinheiro fora da esfera da produtividade.

É concomitantemente à mundialização do capital, que a reestruturação produtiva se desenvolve enquanto organização do processo produtivo e controle dos trabalhadores. Esse novo modelo produtivo pressupõe a acumulação flexível³, e exige para seu desenvolvimento, trabalhadores que atendam a chamada “flexibilidade”, com novas habilidades e preparados para trabalhar em equipe. Há também uma suposta valorização da capacidade intelectual.

Segundo Alves (2008, p. 6), para atender à nova lógica da produção capitalista, exige-se novas habilidades cognitivas e comportamentais dos trabalhadores. Em sua análise, essas novas habilidades seriam imprescindíveis para a atuação na produção pautada na flexibilização, assegurando a subsunção do trabalho ao capital.

AS IMPLICAÇÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

De acordo com Andrade (2001), no artigo “*Reestruturação produtiva, Estado e educação no Brasil de hoje*”, com o avanço da introdução de novas tecnologias no setor produtivo e a acirrada competição entre os mercados internacionais, resultado da mundialização do capital, a desqualificação dos trabalhadores foi apontada pelos que contratam força de trabalho como o “entrave” para o aumento de lucro e de qualidade na produção.

Portanto, houve por parte dos representantes da burguesia industrial o consenso de que novos requisitos cognitivos e comportamentais dos trabalhadores seriam necessários para atender à nova lógica de produção vinculada à mundialização do capital.

Andrade (2001) afirma que no Brasil a preocupação com a necessidade de um novo perfil de trabalhador articulado aos pressupostos do novo processo produtivo, se deu a partir de 1990, mais especificamente durante o governo do então Presidente da República

Fernando Collor de Melo.

Com efeito, este governo - de curta duração e triste memória - lançou as bases formais e ideológicas do processo de adequação das iniciativas educacionais do Estado às demandas advindas do campo da produção no novo contexto de mudança das forças produtivas. A “pedra fundamental” de tal processo consubstanciou-se no Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), o qual pretendia - juntamente com o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) - ser o *locus* privilegiado de formulação das políticas necessárias à adequação das condições de produção do país aos níveis de competitividade internacionais. Para tanto foi criado dentro do PBQP um sub-programa responsável pela formulação da política educacional do novo governo, a qual teria como eixo a noção de “educação para a competitividade” (ANDRADE, 2001, p.1-2).

Apesar da pouca duração do governo Collor, o direcionamento das políticas educacionais manteve-se no governo posterior. No entanto, foi no mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), como Presidente da República, que uma efetiva política de reorganização formal e pedagógica da educação no Brasil de acordo com os novos princípios de produção se tornou concreta (ANDRADE, 2001).

Durante o governo de FHC formulou-se o Plano Nacional de Formação de Mão de Obra (PLANFOR), realizou-se a reforma do Ensino Médio profissionalizante, o desenvolvimento e financiamento de programas de qualificação dos trabalhadores, elaboração por parte do Ministério da Educação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM) (ANDRADE, 2001). Todas estas medidas previam a adequação da formação profissional com as transformações da base produtiva.

Para Andrade (2001), o Estado, por meio de seus mandatários, tem demonstrado um interesse com a formação dos trabalhadores. Porém, esse interesse não está articulado à construção de uma sociedade mais justa ou democrática (embora esse objetivo esteja presente no discurso político).

Sendo o Estado, representante da classe hegemônica e, portanto, do modo de produção capitalista, seu interesse na educação dos trabalhadores reflete a compreensão por parte do Estado, de que um mínimo de escolaridade a esses se faz necessária para que o processo produtivo se desenvolva de maneira satisfatória, levando em consideração que as mudanças no modelo de produção e as novas tecnologias a ela incorporadas exigem maior capacidade de interpretação e comunicação dos trabalhadores que atuam em posições básicas da produção.

Podemos então afirmar, a partir de Andrade, que as políticas educacionais voltadas à formação profissional que emanam do Estado, estão diretamente ligadas às demandas do mercado de trabalho e às

imposições das empresas quanto ao perfil de trabalhador adequado ao novo tipo de produção. Ainda que, contraditoriamente, as políticas sociais incluindo as educacionais, são resultado da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e educação na sociedade capitalista.

As novas qualificações e exigências comportamentais para os trabalhadores, requeridas a partir dos pressupostos da reestruturação produtiva, ganham destaque nas análises dos pesquisadores que estudam a Educação Profissional.

Maia e Machado (2000), no artigo “*O trabalhador frente ao terceiro milênio*”, afirmam que, dentro dos princípios da reestruturação produtiva, o trabalhador não mais apenas executa uma tarefa específica e isolada do processo maior de produção. É necessária certa “*intelectualização*” do trabalhador uma vez que lhe serão exigidas atitudes como: liderança, resolução de conflitos, capacidade para trabalhar em equipe, observação, entre outras. Essas novas habilidades requeridas devem estar atreladas a um sentimento de lealdade e compromisso do trabalhador para com a empresa.

Segundo as autoras, há uma substituição da formação que deve garantir aprender a fazer pela formação do aprender a aprender, é o modelo de competências substituindo o conceito de qualificação.

A análise das pesquisadoras, também aponta o suposto interesse por parte das empresas no aumento da escolaridade dos trabalhadores, uma vez que as novas habilidades adquiridas por meio da educação devem contribuir para o aumento da produtividade da empresa.

Compreendemos que este aumento na escolarização é imprescindível para os trabalhadores. Embora as capacitações adquiridas não lhes tragam uma garantia concreta de emprego, sem elas tampouco o trabalhador poderá atuar no processo produtivo.

Maia e Machado afirmam:

Para o trabalhador se integrar na sociedade moderna, ele tem que, no mínimo, saber ler, interpretar a realidade, saber se expressar, trabalhar em equipe, participar nas tomadas de decisão. Atualmente, ele tem que ‘aprender a aprender’ para poder acompanhar as mudanças e avanços que caracterizam o acelerado ritmo da nossa época. O perfil em ascensão do trabalhador faz surgir uma preocupação por parte do empregador. Sem qualificação mínima, torna-se praticamente impossível o indivíduo colaborar com a produção com qualidade e consequentemente, com o lucro da empresa (2000, p.11).

Garcia (2002), em seu artigo “*A fábrica como espaço de aprendizagem, a escolarização como perspectiva de emprego*”, do mesmo modo, analisa a importância do aumento de escolarização dos trabalhadores para o modelo de produção atual pautado no toyotismo. Para o autor, esta

importância se acentua com o advento da terceira revolução industrial caracterizada pelo avanço da tecnologia e as transformações nas formas de gestão empresarial que visam superar o fordismo.

Para esse autor, diferentemente do padrão fordista de produção, onde o nível elevado de escolarização ou os diplomas definiam a hierarquia ou os salários, na produção pautada no toyotismo o aumento da escolarização é imprescindível para o acesso e manutenção do emprego.

Nessa direção, Garcia (2002), realizou uma pesquisa em uma indústria de eletrodomésticos de linha branca com o intuito de compreender o significado e importância da escolarização para os funcionários dessa indústria, assim como identificar os locais onde esses funcionários buscaram conhecimentos para a realização de suas funções.

A conclusão dessa pesquisa foi que, embora nenhum funcionário tivesse escolarização abaixo do Ensino Médio, apenas os que possuíam certificados de segundo grau propedêutico ou supletivo operavam máquinas. Contudo, considerando que todos os funcionários tiveram acesso nas disciplinas escolares a um conjunto de conhecimentos básicos, porém transmitidos de maneira fragmentada e desvinculados dos aspectos práticos, esses conhecimentos não foram suficientes para que explicassem as máquinas utilizadas na indústria atual, podendo-se afirmar que os trabalhadores operam as máquinas, mas não as entendem.

Invernizzi (2000) aborda no artigo "*Qualificação e novas formas de controle da força de trabalho no processo de reestruturação da indústria brasileira: tendências dos últimos vinte anos*", os resultados de uma pesquisa bibliográfica que objetivou verificar os impactos da reestruturação produtiva na qualificação dos trabalhadores de indústrias de vários setores da produção.

Essa pesquisa apontou mudanças significativas ocorridas nas relações de trabalho, e na organização da produção nas empresas a partir da década de 1990, quando, segundo o autor, houve o aprofundamento da reestruturação produtiva.

Tais mudanças, para Invernizzi (2000) são caracterizadas por: baixo investimento em bens de capital em grande parte dos setores da indústria, as empresas passam a adotar uma estratégia de seleção de novas tecnologias a serem introduzidas; reorganização do processo produtivo; investimento em programas de Qualidade Total; adoção por parte das empresas da chamada "gestão participativa". Essa gestão prevê o compromisso dos trabalhadores para com a empresa, e a expansão da terceirização na contratação de serviços, como estratégia para a redução de custos, o que, contribui para a precarização das condições de emprego e fragilidade dos sindicatos, seja por conta das políticas antissindicais adotadas pelas empresas ou pelo aumento do desemprego que vem enfraquecendo a ação sindical.

Para a atuação dos trabalhadores no processo de produção, de acordo com os novos preceitos da reestruturação produtiva, mudanças nos treinamentos técnicos e na educação escolar ocorrem para a adequação dos saberes adquiridos à nova lógica de produção.

Invernizzi (2000) argumenta que o aumento na escolarização exigido pelas empresas, não é apenas uma necessidade de maior qualificação dos trabalhadores ao atuar no processo produtivo, mas é também uma resposta ao desemprego. Uma vez que esse fenômeno vem aumentando, exigir maior escolaridade dos trabalhadores permite às empresas realizarem um processo de contratação bastante seletivo.

O autor explicita, que, embora o discurso pelo aumento de escolaridade e de novas qualificações seja propagado pelas empresas, o que se percebe é que os treinamentos técnicos articulados aos conhecimentos científicos da produção têm sido privilégio de uma parte ínfima dos trabalhadores, aqueles que ocupam lugares de destaque no trabalho, para os quais as empresas têm investido em treinamentos. Para a grande maioria dos trabalhadores, porém, são atribuídas apenas maiores competências e responsabilidades na produção, sendo que o treinamento prático continua sendo a base de sua qualificação.

A vasta maioria dos trabalhadores está realizando atividades polivalentes, mas não qualificantes; necessita saberes de tipo cognitivo e abstrato, mas não vão além da educação escolar elementar; e deve ser muito mais confiável do que autônoma. Finalmente, parte significativa do operariado, cujo perfil não se adequa aos novos requerimentos de qualificação ou comportamentais, está sendo marginalizada (INVERNIZZI, 2000, p.15).

Compreendemos que é o conceito de competência que ganha destaque no discurso que corrobora com o modelo produtivo atual, sendo que, a qualificação propriamente dita, é privilégio para poucos. Logo, o que se pretende mesmo é a formação de trabalhadores que acumulem maiores responsabilidades e funções. A eficiência desse discurso, contudo, é garantida pelo fato de que se atinge a subjetividade do trabalhador, agora considerado como o colaborador da empresa, que alcançará o sucesso por meio do sucesso desta. As novas competências exigidas remetem o trabalhador ao sentimento de que seu êxito ou seu fracasso dependem de si mesmo e da sua busca por qualificação.

No artigo "*Competência ou qualificação profissional: noções que se opõem ou se complementam?*", Alaniz (2002), assegura que o termo competência, tem sido utilizado desde a década de 1990 pelos setores produtivos, concomitantemente ao desenvolvimento expressivo de políticas de emprego, articuladas à flexibilização na produção e a novos critérios na gestão de recursos humanos. As instituições educacionais também adotam essa terminologia enquanto substituta da noção de

qualificação.

É através da gestão participativa e por necessidade da empresa renegociar grades de classificação que se encontra o conteúdo do acordo construído em torno das competências. Desse modo, o que motivou a criação de uma organização formadora baseada em critérios de competência foi a própria necessidade de desviar o foco do financiamento e buscar ações integrativas dos trabalhadores aos interesses da indústria (ALANIZ, 2002, p.1).

A autora garante que essa racionalização produtiva articulada à noção de competência, vem confirmar o apontamento de Marx acerca das tendências do capitalismo. Para Marx, segundo Alaniz (2002), *“para desenvolver-se o capital tenderá a diminuir os gastos com força de trabalho”*. A pesquisadora relaciona o apontamento de Marx ao modelo de competência enquanto estratégia de diminuição de gastos na formação dos trabalhadores e, portanto, estratégia de racionalização do processo capitalista de produção. *“Assim, a noção de competência procura adequar a formação profissional às exigências de racionalização de uma nova forma de organização do trabalho”* (ALANIZ, 2002, p.2).

Alaniz (2002) aponta três fatores que caracterizam as mudanças nas formas de produção e o novo perfil de trabalhador necessário aos interesses do capital atualmente. Estes fatores seriam: o Evento, a Comunicação e o Serviço. O enfrentamento de um evento significa a resolução de problemas que estejam de alguma forma atrapalhando o desenvolvimento da empresa; a comunicação é o fator que garante o bom desenvolvimento das equipes de trabalho e o serviço oferecido aos clientes deve ser de qualidade.

Dessa forma o trabalhador ocupa uma posição central no desenvolvimento da empresa. Por esse motivo, as empresas necessitam que haja a aquisição por parte dos trabalhadores de “novas competências” (propagadas como desenvolvimento intelectual), que devem contribuir para o sucesso da empresa.

Podemos dizer então, a partir da análise de Alaniz (2002), que a aquisição de competências por parte dos trabalhadores ocorre no exercício da própria função em seu local de trabalho, embora o aumento de escolarização não seja descartado, é atuando no processo produtivo que o trabalhador enfrentará as diferentes situações ocorridas e mostrará de que forma as resolverá. É nesse sentido que o discurso de que o novo trabalhador deve ser o colaborador compromissado com a empresa é propagado.

Tudo indica que é nesse contexto de máxima integração do trabalhador aos interesses do capital que se enfatiza na teoria da competência a aquisição

de atributos comportamentais. A produção capitalista, em seus interesses de acumulação, abre ao indivíduo a possibilidade de utilizar o componente intelectual no trabalho, como demonstramos, mas, em contrapartida, a primazia dada aos aspectos comportamentais, em relação aos aspectos técnicos, conduzem a enxergar a necessidade do capital manter o controle sobre os trabalhadores (ALANIZ, 2002, p.5).

Nunes (2007) discute a difusão do modelo de competências em seu artigo “*Educação profissional à luz do modelo de competências: sob o olhar docente*”. Para a autora o modelo de competências está vinculado aos modelos produtivos e à organização do trabalho que se articulam a flexibilização dos diversos setores sociais e ao processo de reestruturação produtiva.

De acordo com Nunes (2007), no Brasil, as políticas educacionais decorrentes da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional nº 9.394 de 1996, buscam, além de adequar os trabalhadores às exigências decorrentes do sistema produtivo, recompor o sistema econômico. E a noção de competência, tem se expandido para vários níveis e modalidades de educação escolar.

A autora também afirma que a introdução da noção de competências, objetivou a melhoria nos padrões de competitividade das empresas que tiveram a produção afetada pela crise do sistema baseado no taylorismo-fordismo.

Por conseguinte, há uma substituição do conceito de qualificação pela lógica da competência do trabalhador, suas habilidades, conhecimentos e comportamento. A educação nesse contexto passa a ter o papel de preparar os indivíduos de acordo com as determinações advindas do novo processo produtivo.

Nunes (2007) questiona a adoção do modelo de competências na educação e especialmente na Educação Profissional. Em sua análise, o ensino articulado às demandas do mercado e direcionado a formar profissionais com competências laborais, contribui para que valores econômicos estejam acima de qualquer princípio, acentuando assim a luta entre as classes. A educação passa a reproduzir os pressupostos do neoliberalismo uma vez que está direcionada a formar trabalhadores úteis às necessidades do mercado.

Mourão (2003), também faz uma análise do modelo de competências no estudo intitulado “*A competência e a qualificação: conceitos historicamente construídos para atender interesses de classe*”. Para ela, o modelo de competências atende aos interesses do setor produtivo no que tange à adequação do trabalhador ao modelo de produção atual pautado na acumulação flexível.

A autora problematiza a reorganização do sistema econômico

capitalista, a partir de 1970, que culminou em novas formas de acumulação sob o domínio do capital financeiro. E aponta que, uma das estratégias do capital para enfrentar a crise de 1970, foi o investimento em inovações tecnológicas que conseqüentemente intensificou o aumento de investimento em trabalho morto em detrimento do investimento em trabalho vivo.

De acordo com Mourão (2003), as relações de trabalho inevitavelmente se alteram diante desse processo de reorganização do capitalismo. O trabalhador agora precisa realizar o trabalho de maneira flexível atendendo ao conceito de polivalência que se estabelece a partir das mudanças no modelo produtivo.

A pesquisadora avalia a questão da qualificação exigida do trabalhador na era fordista, quando esse era qualificado para realizar uma função específica e fragmentada, sem conexão com a totalidade do processo produtivo. Por outro lado, a competência, conceito que se articula ao modelo atual de produção pautado no toyotismo, remete o trabalhador a realização de trabalho flexível e autônomo devendo assim ter conhecimento do “todo” no processo de produção.

A autora aborda a questão da escolarização do trabalhador em consonância com a exigência de qualificação ou competência. O trabalho qualificado da era fordista era remunerado com base na escolaridade que o trabalhador possuía. Já com a adoção do conceito de competência, embora a escolaridade seja indispensável, é o aprendizado no dia a dia da empresa que vai garantir ao trabalhador a aquisição de competências e sua remuneração salarial passa a coadunar com seus méritos.

Da mesma forma, Andrade (2010) no artigo “*A nova realidade no mundo do trabalho e o desafio da articulação do ensino médio com a Educação Profissional no Brasil e no Ceará*”, reitera a afirmação de que a partir do processo de globalização, mudanças nas relações de trabalho se fazem, trazendo a questão da qualificação do trabalhador centralizada no conceito de competências.

As novas estratégias de produção e organização passam a exigir trabalhadores com amplo conhecimento e habilidades generalistas, pois eles passam a lidar com mudanças e imprevistos, além de suas atividades habituais. Assim, dissemina-se a ideia de que a qualificação do trabalhador torna-se peça chave para o sucesso da empresa, que tem se apropriado crescentemente de suas capacidades cognitivas (ANDRADE, 2010, p. 1).

A análise de Andradre (2010) aponta para a descentralização na gestão empresarial e aumento de responsabilidade dos trabalhadores. Para essa autora, as mudanças no perfil do trabalhador que atua no

processo produtivo permitem que muitos trabalhadores disponham de mais autonomia em sua função dentro da empresa e maior conhecimento do processo total de produção podendo, dessa forma, interferir no processo produtivo, visando à qualidade da produção da empresa.

Andrade (2010), afirma que essas mudanças, na gestão empresarial e no perfil do trabalhador, estão relacionadas de maneira mais expressiva, às empresas cuja competitividade no mercado globalizado é mais acirrada. No entanto, a qualificação adquirida por meio do “aumento da escolaridade” tem sido exigida de maneira geral pelas empresas brasileiras.

Podemos reiterar que um nível elevado de escolarização é requisito imprescindível para o ingresso no processo produtivo, porém, a questão do desemprego não atinge somente trabalhadores desqualificados, mesmo os que dispõem de alto grau de escolaridade, não possuem garantias de emprego, uma vez que o sistema não absorve a demanda de profissionais disponíveis no mercado.

Esse fato acentua o individualismo e a competitividade entre aqueles que precisam vender sua força de trabalho. Não podemos deixar de mencionar, também, o fator ideológico que se articula à reestruturação produtiva e às novas exigências feitas aos trabalhadores. Segundo Andrade (2010), de acordo com o discurso empresarial é a falta de qualificação que impede a inserção no processo produtivo, levando os trabalhadores a tomarem para si a responsabilidade de estarem de fora do processo.

É apontada ainda, no artigo de Andrade (2010), a influência de documentos e acordos internacionais na área da educação, na elaboração das políticas públicas no Brasil, em especial o Relatório Delors de 1994 que estabelece os quatro pilares da educação, quais sejam, aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Os quatro pilares defendidos no Relatório Delors aproximam-se dos saberes escolares a serem ensinados pelos educadores, na medida em que são estes os meios pelos quais os alunos irão formar uma rede de significados, desenvolvendo competências e habilidades que lhes permitam compreender e agir no mundo contemporâneo. Essa perspectiva contribui de certa forma, para o entendimento de que se torna necessário privilegiar metodologias ativas centradas no sujeito que aprende, com base em ações desencadeadas por desafios, problemas e projetos, pois o foco do trabalho educacional deve deslocar-se do ensinar para o aprender, do que vai ser ensinado para o que é preciso aprender. Assim, passa-se a valorizar o docente no papel de facilitador e mediador do processo de aprendizagem (ANDRADE, 2010, p. 3-4).

Segundo a autora, as mudanças na Educação Profissional brasileira, advindas da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(9394/96), também estão relacionadas às propostas do Relatório Delors.

Para Andrade (2010), é a abertura da economia brasileira aos mercados internacionais, que permite que a educação no Brasil seja determinada a partir de pressupostos estabelecidos em acordos e relatórios internacionais, de forma que essa atenda os princípios da globalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos identificar no percurso desta pesquisa, por meio do levantamento dos trabalhos dos teóricos da ANPED, a compreensão entre os autores de que a reestruturação produtiva, processo de reorganização do modo de acumulação capitalista, articulado à mundialização do capital, traz implicações para as relações de trabalho, “inovando” a gestão empresarial e requerendo novas habilidades dos trabalhadores.

A suposta valorização da racionalidade, expressa nos pressupostos da reestruturação produtiva e que se faz necessária à nova lógica de organização da produção com base na acumulação flexível, reflete a intencionalidade de se obter dos trabalhadores, atitudes e comportamentos diante das situações vivenciadas no dia a dia da empresa, que colaborem com o melhor desempenho do processo de produção. Para tanto, é propagada a importância do compromisso do trabalhador com a empresa a qual está vinculado e de sua responsabilidade com o sucesso da mesma.

A reestruturação produtiva combinada com a ideologia da pós-modernidade “entendida como uma expressão do padrão atual de acumulação do capital, que engendra, entre outros “mecanismos”, as noções de neoliberalismo e de globalização” (ZANARDINI 2007, p. 248), estabelece a constituição de homens que travam relações flexíveis não apenas com o trabalho, mas com os outros homens.

Portanto, não são apenas as relações de trabalho que se alteram diante da reestruturação produtiva, esse processo pressupõe um novo tipo de homem na sociedade, um homem cuja subjetividade se torna exacerbada.

A competitividade imposta ao trabalhador para garantir seu lugar no processo produtivo e, conseqüentemente, sua própria subsistência, acentua o individualismo, o que impede que os trabalhadores se unam na luta por uma causa comum.

A preocupação demonstrada por parte do poder público e das empresas com a qualificação profissional, tratada pelos pesquisadores que estudamos, geralmente reflete um interesse na adequação do trabalhador aos novos pressupostos do modelo produtivo. Não podemos

As Implicações da Reestruturação...

dizer que a Educação Profissional de maneira geral, tem garantido uma qualificação articulada aos conhecimentos científicos do processo produtivo (embora compreendamos que a formação da classe trabalhadora desarticulada de conhecimentos científicos é de fato característica do capitalismo).

O que se tem valorizado de fato são as competências que o trabalhador apresenta para a resolução de situações adversas que impeçam o bom desenvolvimento da produção na empresa, a relação interpessoal para o trabalho em equipe, além de lhe serem atribuídas maiores responsabilidades dentro do processo de trabalho.

A Educação Profissional, articulada ao estágio atual da organização capitalista de produção, passa a ter o papel de formar profissionais “adequados” às demandas e exigências do mercado de trabalho, acentuando a valorização de novas competências articuladas às habilidades laborais e comportamentais dos trabalhadores.

NOTAS

1 Mestranda em Educação Pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Campus de Cascavel, 2013. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Sociais (GEPPEs).

2 Professora do Curso de Pedagogia e do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel. Doutora em Educação pela Unicamp. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social (Geppes).

3 A esse respeito consultar: www.anped.org.br

4 Respectivamente os Grupos de Trabalho da ANPED são: GT02 – História da Educação; GT03 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos; GT04 – Didática; GT05 – Estado e Política Educacional; GT06 – Educação Popular; GT07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos; GT08 – Formação de Professores; GT09 – Trabalho e Educação; GT10 – Alfabetização, Leitura e Escrita; GT11 – Política de Educação Superior; GT12 – Currículo; GT13 – Educação Fundamental; GT14 – Sociologia da Educação; GT15 – Educação Especial; GT16 – Educação e Comunicação; GT17 – Filosofia da Educação; GT18 – Educação de Pessoas Jovens e Adultas; GT19 – Educação Matemática; GT20 – Psicologia da Educação; GT21 – Educação e Relações Étnico-Raciais; GT22 – Educação Ambiental; GT23 – Gênero, Sexualidade e Educação e GT24 – Educação e Arte.

5 Ao usarmos a expressão acumulação flexível estamos tomando a nomenclatura utilizada por HARVEY, uma vez que outros autores ao tratarem das modificações no processo produtivo que se delineiam a partir da crise de 1973, com base no suposto esgotamento do modelo taylorista-fordista,

utilizam-se de outras nomenclaturas: especialização, produção enxuta, neo ou pós-fordismo, modelo japonês chamado de toyotismo ou ohnismo.

6Relatório elaborado para a UNESCO pela Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, E. P. Competência ou qualificação profissional: noções que se opõem ou de complementam? In: **Anais da 25ª reunião anual da ANPED** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Minas Gerais, GT: Trabalho e Educação/ n.9, 25ª reunião anual, 07/11 out. 2001. Disponível em: < <http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

ALVES, G. Toyotismo, Novas Qualificações e Empregabilidade – Mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI. RET – Rede de Estudos do Trabalho, 2008.

ANDRADE, F. A. Reestruturação produtiva, estado e educação no Brasil de hoje. In: **Anais da 24ª reunião anual da ANPED** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Minas Gerais, GT: Trabalho e Educação/ n.9, 24ª reunião anual, 07/11 out. 2001. Disponível em: < <http://www.anped.org.br> >. Acesso em: 20 fev. 2012.

ANDRADE, F. R. B. A nova realidade no mundo do trabalho e o desafio da articulação do ensino médio com a educação profissional no Brasil e no Ceará. In: **Anais da 33ª reunião anual da ANPED** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Minas Gerais, GT: Trabalho e Educação/ n. 9, 33ª reunião anual, 17/20 out. 2010. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

FILGUEIRAS, Luiz 1997 “Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século” em *Cadernos do CEAS* (Salvador) N° 171.

GARCIA, N. M. D. A fábrica como espaço de aprendizagem, a escolarização como perspectiva de emprego. In: **Anais da 25ª reunião anual da ANPED** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Minas Gerais, GT: Trabalho e Educação/ n.9, 25ª reunião anual, 07/11 out. 2001. Disponível em: < <http://www.anped.org.br> >. Acesso em: 20 fev. 2012.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2000.

INVERNIZZI, N. Qualificação e novas formas de controle da força de trabalho no processo de reestruturação da indústria brasileira: tendências dos últimos vinte anos. In: **Anais da 23ª reunião anual da ANPED** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Minas Gerais, GT: Trabalho e

Educação/ n.9, 23ª reunião anual, 24/28 set. 2000. Disponível em: < <http://www.anped.org.br> >. Acesso em: 20 fev. 2012.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. MAIA, G. Z. A.; MACHADO, L. M. O trabalhador frente ao terceiro milênio. In: **Anais da 23ª reunião anual da ANPED** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Minas Gerais, GT: Trabalho e Educação/ n.9, 23ª reunião anual, 24/28 set. 2000. Disponível em: < <http://www.anped.org.br> >. Acesso em: 20 fev. 2012.

MOURÃO, A. R. B. A competência e a qualificação: conceitos historicamente construídos para atender interesses de classe. In: **Anais da 26ª reunião anual da ANPED** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Minas Gerais, GT: Trabalho e Educação/ n.9, 26ª reunião anual, 5/8 out. 2003. Disponível em: < <http://www.anped.org.br> >. Acesso em: 20 fev. 2012.

NUNES, T. de S. F. Educação profissional à luz do modelo de competências: sob o olhar docente. In: **Anais da 30ª reunião anual da ANPED** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Minas Gerais, GT: Trabalho e Educação/ n. 9, 30ª reunião anual, 07/10 out. 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

ZANARDINI, I, M. S. A reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da Pós-Modernidade. *Perspectiva*, Florianópolis, v.25, n. 1, 227-244, jan./jun. 2007. Disponível em: http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2007_01/13-Isaura.pdf. Acesso em: 18 fev. 2012.

ZANARDINI, I. M. S.; ROSA, M. S.; HOTZ, K. G. O processo de reestruturação produtiva e a reforma do Ensino Médio: implicações para os trabalhadores. *Educação Unisinos*, v. 15, n. 1, jan/abr. 2011. Disponível em:<<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/educacao/article/view/428>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

Recebido em: 15/04/2012

Aprovado para publicação em: 18/10/2012